



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Administrativa / Judiciária



Prova Cargo A01, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:

- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Pobreza e indigência

Como se quantifica o número de pobres existentes no Brasil? É necessário, em primeiro lugar, definir o que é um pobre. Pouca gente teria dificuldade em dar sua própria definição. Provavelmente a maioria diria que os pobres são aqueles que ganham mal e têm pouco ou nenhum patrimônio. São as pessoas que pedem dinheiro nas ruas ou vivem de trabalhos precários. Embora suficiente para conversas informais sobre o assunto, trata-se de definição muito imprecisa. Um exemplo: como qualificar empregadas domésticas que trabalham em casas de famílias ricas de São Paulo, Porto Alegre ou Rio de Janeiro? Em comparação com os patrões, é razoável imaginar que elas sejam consideradas pobres, mas em comparação com um miserável do interior do Nordeste, que passa fome durante vários meses do ano, certamente isso não seria verdade.

Para que a discussão sobre o tema possa ser feita em bases mais sólidas, é vital avançar para uma definição mais rigorosa. Na maioria dos trabalhos acadêmicos, a contagem dos pobres é realizada da seguinte forma: admite-se, em primeiro lugar, uma cesta de bens e serviços (alimentos, transporte, moradia etc.) à qual todo mundo deveria ter acesso para não ser considerado pobre. A seguir, atribui-se um valor monetário a essa cesta (que pode variar de região para região), também chamado de linha de pobreza. A partir daí, verifica-se quem tem renda superior ao valor da cesta (os que não são pobres) e quem tem renda inferior (os que são pobres). É claro que aqueles com renda inferior não conseguem comprar todos os bens e serviços da cesta. Portanto, o número de pobres depende sempre da definição do que é a linha de pobreza.

O mesmo argumento vale para a linha de indigência. A cesta de bens inclui, nesse caso, apenas os alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneça viva, de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde. Ou seja, teoricamente, quem está abaixo da linha de indigência não conseguiria sequer sobreviver – se o faz é porque complementa minimamente sua renda com esmolas ou algum tipo de cultura de subsistência, que representa um recurso adicional que não é levado em conta pelos pesquisadores.

(André Lahóz. Revista **VEJA**, 15/05/2002)

1. De acordo com o texto, uma quantificação objetiva do número de **pobres** no Brasil depende
 - (A) de uma fixação criteriosa do que seja, exatamente, a linha de indigência.
 - (B) da fixação do valor monetário de uma determinada cesta de bens e serviços.
 - (C) dos padrões que venham a ser fixados pela Organização Mundial de Saúde.
 - (D) dos critérios acadêmicos que permitem subestimar as diferenças regionais.
 - (E) de pesquisas orientadas por diferentes critérios e metodologia.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A maioria das pessoas tem uma precária definição do que seja **pobreza**, precariedade que compromete o nível das pesquisas acadêmicas sobre o tema.
- II. O acesso ou falta de acesso a determinados bens e serviços é um critério pelo qual se identificam os que estão acima e os que estão abaixo da linha de pobreza.
- III. A linha de indigência é definida pelo acesso parcial de um indivíduo tanto aos bens como aos serviços considerados essenciais para o pleno exercício de sua cidadania.

Em relação ao texto, está correto **SOMENTE** o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. No segundo parágrafo, a utilização das expressões **em primeiro lugar**, **a seguir** e **a partir daí** presta-se a descrever uma metodologia de trabalho baseada em

- (A) um alargamento de possibilidades.
- (B) uma concomitância de fatos.
- (C) uma série de alternativas.
- (D) um encadeamento de operações.
- (E) uma sucessão de hipóteses.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em

- (A) *embora suficiente* = ainda que bastante
- (B) *em bases mais sólidas* = de modo mais especulativo
- (C) *atribui-se um valor monetário* = calcula-se a demanda
- (D) *cultura de subsistência* = hábitos da pobreza
- (E) *recurso adicional* = atribuição necessária

5. Os tempos verbais estão corretamente articulados na frase:

- (A) Para que a discussão sobre o tema pudesse ser feita em bases mais sólidas, será vital avançar para uma definição mais rigorosa.
- (B) Para que uma discussão sobre o tema venha a ser feita em bases mais sólidas, é vital que se avançaria para uma definição mais rigorosa.
- (C) A cesta de bens incluiria, nesse caso, apenas os alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneceria viva.
- (D) Teoricamente, quem estiver abaixo da linha de indigência não terá conseguido sequer sobreviver.
- (E) Teoricamente, quem estivesse abaixo da linha de indigência não conseguiria sequer sobreviver.

6. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é: (A) Nenhum de nós haveriam de encontrar dificuldade em propormos, cada um de acordo com seus critérios, uma definição de pobreza. (B) Quem dispuser de recursos suficientes para a aquisição de todos os bens e serviços indicados estarão acima da linha de pobreza. (C) Não se inclui, entre os bens e serviços, viagens de lazer, que, injustamente, não são consideradas essenciais, nesse tipo de cesta básica. (D) Não se sabe exatamente quais bens e serviços compõem essa cesta, quais os produtos a que se deve ter acesso para se situar acima da linha de pobreza. (E) Embora se saiba que muita gente arrecade, com esmolas, mais do que um salário mínimo, consideram-se que estão abaixo da linha de indigência.	10. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase: (A) Não obstante muita gente seja capaz de formular sua própria definição do que é um pobre, a falta de rigor desse conceito torna imprecisa a demarcação do que se entende por linha de pobreza. (B) Não é simples quantificar os pobres que existem no Brasil, mesmo porque se há muita gente que o faça não quer dizer que todos eles tenham uma clara definição do que venha ser pobreza. (C) Como não há clareza quanto a uma definição de pobreza no Brasil, esta falta de rigor leva a um critério pelo qual é incompatível a quantificação dos pobres existentes em nosso país. (D) A dificuldade de se quantificar os pobres do Brasil deve-se à falta de precisão com que ela é feita, mesmo porque não há clareza entre aqueles que pretendem definir o que a pobreza seria efetivamente. (E) A demarcação da linha de pobreza subteme uma clara definição desta, pois caso contrário haveria uma tal oscilação nos critérios que se torna impossível não apenas definir os pobres, quanto mais quantificá-los.
7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>A cesta de bens inclui apenas os alimentos mínimos necessários à subsistência</i>, a forma verbal resultante será (A) está incluído. (B) estarão incluídos. (C) são incluídos. (D) terão sido incluídos. (E) têm sido incluídos.	11. <i>A cesta de bens inclui, nesse caso, apenas os alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneça viva, de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde.</i> A redação desse período do texto deve ser aprimorada, pois I. a expressão <i>nesse caso</i> tem sentido obscuro, já que o contexto do último parágrafo não permite saber de que caso se trata. II. a expressão <i>de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde</i> tem dupla leitura, pois tanto pode se referir a <i>permaneça viva</i> quanto a <i>alimentos mínimos necessários</i>. III. A proximidade entre termos <i>inclui</i> e <i>apenas</i> gera uma contradição que prejudica o sentido da frase. É correto SOMENTE o que se afirma em (A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.
8. No contexto do último parágrafo, a construção <i>se o faz</i> tem o sentido de (A) se está abaixo da linha de indigência. (B) se complementa sua renda com esmolas. (C) se considerarmos a teoria. (D) se representar um recurso adicional. (E) se consegue sobreviver.	
9. Na frase <i>Admite-se uma cesta de bens e serviços à qual todo mundo deveria ter acesso</i>, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído, sem prejuízo de sentido, por (A) a que todos deveriam ser acessíveis. (B) para a qual todo mundo estaria disponível. (C) cujo alcance fosse possível a todos. (D) de cuja todos pudessem ter acesso. (E) pela qual todo mundo poderia contar.	12. Estão corretos o emprego e a flexão dos verbos na seguinte frase: (A) Quando eles virem a receber o suficiente para a aquisição desses bens e serviços, situar-se-ão acima da linha de pobreza. (B) Quem se provém apenas do estritamente necessário para não morrer de fome inclui-se na chamada linha de indigência. (C) Se alguém se contrapor a esse método de quantificação dos pobres, os acadêmicos refutarão demonstrando o rigor de seus critérios. (D) Caso tal metodologia não conviesse aos acadêmicos, eles tê-la-iam abandonado e substituído por outra. (E) Os acadêmicos há muito comporam uma cesta de bens e serviços em cujo valor monetário se baseiam para fixar a linha de pobreza.

13. Pode-se, corretamente, e sem prejuízo para o sentido do contexto, substituir o elemento sublinhado na frase

- (A) *Para que a discussão possa ser feita em bases mais sólidas* por **desde que**.
- (B) *Embora suficientes para conversas informais sobre o assunto* por **uma vez**.
- (C) A cesta de bens inclui, *nesse caso*, apenas os alimentos necessários para que a pessoa permaneça viva por **mesmo assim**.
- (D) A maioria diria que os pobres são *aqueles* que ganham mal por **os mesmos**.
- (E) *Ou seja*, teoricamente, quem está abaixo da linha de indigência não conseguiria sequer sobreviver por **vale dizer**.

14. Justificam-se inteiramente **ambas** as ocorrências do sinal de crase em:

- (A) Os que têm pleno acesso àquilo que oferece a cesta de bens e serviços devem considerar-se à margem da pobreza.
- (B) Quem atribui um valor monetário à essa cesta de bens e serviços está-se habilitando à definir uma linha de pobreza.
- (C) Não falta, à maioria das pessoas, uma definição de pobreza; o que falta à uma boa definição é o rigor de um bom critério.
- (D) Há quem recrimine à cultura da subsistência, imputando-lhe à responsabilidade pelo mascaramento da real situação de miséria de muitos brasileiros.
- (E) Os que têm proventos inferiores à quantia necessária para a aquisição dessa cesta deixam de atender à todas as suas necessidades básicas.

15. Estão corretamente grafadas todas as palavras da frase:

- (A) Não devem prevalecer nossas intuições ou percepções mais imediatas, mas apenas os critérios mais objetivos, quando se trata de formular alguma precisa definição.
- (B) A todos os que apenas subsistem, como é o caso de quem vive da mendicância, negam-se os direitos da cidadania, ao passo que para uns poucos reservam-se todos os privilégios.
- (C) Não se constitui uma sociedade verdadeiramente democrática enquanto não venham a incluir-se nela aqueles que, já a séculos, vivem mais do sistema de favor que de um trabalho digno.
- (D) Os que alferem lucros excessivos na exploração do trabalho alheio também devem ser responsabilizados pelo contigente de infelizes que estão abaixo da linha de pobreza.
- (E) Deve-se à inépsia ou à má fé de sucessivos governos, que descuraram a implementação de medidas de caráter social, o fato de que continua crescendo o número de pobres e indigentes em nosso país.

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto que segue.

Entre o fato e a notícia

A decantada objetividade jornalística tem, na verdade, duas faces: se de um lado toda notícia deve se prender originalmente a um fato cuja ocorrência seja inquestionável, por outro lado ela implica sempre uma dose de interpretação desse fato. O espaço concedido, o estilo empregado, o ângulo adotado, as ênfases (intencionais ou inconscientes), tudo isso traz para a matéria jornalística uma certa conformação subjetiva. Por isso, um dos requisitos do bom leitor de jornais ou revistas está na atenção que ele saiba dar não apenas ao fato relatado, mas ao modo como o foi.

Ao se transformar em linguagem, todo fato torna-se, também, um fato lingüístico; é com a linguagem que se produz uma notícia, é por meio de palavras que entramos em contato com a base de realidade de um acontecimento. Nesse sentido, não há, e nem pode haver, jornalismo inteiramente inocente, ainda quando se trate do mais honesto dos profissionais. Por isso, também o leitor deve recusar a ingênua credulidade de quem acha que uma notícia não é uma imagem construída, mas a materialidade mesma do fato ocorrido.

(Celso de Oliveira)

16. Ao afirmar, referindo-se à notícia jornalística, que *todo fato torna-se, também, um fato lingüístico*, o autor fornece um argumento para a seguinte tese:

- (A) É da realidade mesma de um fato que a matéria jornalística depende, se quiser ser inteiramente objetiva.
- (B) A ocorrência de um fato e a sua divulgação jornalística são realidades em si mesmas contraditórias.
- (C) O jornalismo competente é aquele em que a plena transparência da linguagem garante a transparência da realidade mesma do fato.
- (D) Cabe ao leitor, entre o fato gerador da notícia e o fato relatado, escolher de que lado está a verdade.
- (E) A leitura crítica não se prende apenas ao fato que gerou a notícia, mas à forma pela qual esta forçosamente o interpreta.

17. Considere as seguintes afirmações:

- I. A expressão *conformação subjetiva*, no primeiro parágrafo, tem sentido vago, pois não há exemplos que a materializem.
- II. A frase *não há, e nem pode haver, jornalismo inocente* não é uma acusação moral, mas uma decorrência da tese central defendida pelo autor do texto.
- III. A expressão *ingênua credulidade*, no segundo parágrafo, refere-se ao leitor que considera a notícia um espelho que reflete a verdade incontestável do fato.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) III, somente.

18. Por isso, um dos requisitos do bom leitor de jornais e revistas está na atenção que ele saiba dar não apenas ao fato relatado, mas ao modo como o foi.

Existe uma articulação lógica entre os dois elementos sublinhados na frase acima que também ocorre em:

- (A) Antes de se tornar um bom escritor, é preciso aprender a ser um bom leitor.
- (B) Embora ele se considere uma pessoa crítica, não falta quem o julgue um ingênuo.
- (C) Apesar de dizer que desconfia da imprensa, ele crê, de fato, em tudo o que lê.
- (D) Ele não ouve tão-somente o que é dito, também sabe avaliar o silenciado.
- (E) Mal começou a falar e já percebi que trazia uma notícia preocupante.

19. Para atender às normas de concordância, o verbo indicado entre parênteses adotarà obrigatoriamente uma forma do **plural** ao se flexionar na frase:

- (A) Uma característica que (**costumar**) apresentar os textos jornalísticos é a ênfase em determinado detalhe do fato noticiado.
- (B) Quase sempre (**tocar**) mais os leitores a violência de um fato do que a violência com que o texto o retrata.
- (C) Não se (**atribuir**) aos jornalistas a total responsabilidade pelo viés interpretativo das notícias; este já é um atributo da própria linguagem.
- (D) Tudo aquilo que com palavras se (**instituir**), outras palavras poderão demolir.
- (E) Não (**dever**) arrefecer os ânimos de um bem-intencionado jornalista a convicção de que suas palavras podem traí-lo.

20. Alterando-se a voz verbal da expressão *ao modo como o relataram*, obtém-se a forma *ao modo como*

- (A) isso foi relatado.
- (B) se o relatou.
- (C) ele teria sido relatado.
- (D) o haviam relatado.
- (E) o têm relatado.

21. Considere as seguintes frases:

- I. Os brasileiros, que costumam desprezar sua própria cultura, apenas começam a se interessar pelo cinema nacional.
- II. Sabíamos que, naquela manhã, haveríamos de receber alguma triste notícia.
- III. Os moradores daqueles vilarejos, tão abandonados, não sabem o que seja receber a visita de um médico.

A supressão das vírgulas altera o sentido do que está em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, somente.

22. Ela lê três ou quatro jornais por dia, imaginando que assim fica mais bem informada. Um cínico já lhe disse que ela gosta de ser confundida três ou quatro vezes por dia.

Mantêm-se o sentido, a clareza e a articulação lógica das frases acima no seguinte período:

- (A) Imaginando que fica mais bem informada por ler três ou quatro jornais por dia, um cínico já lhe disse que gosta de se confundir três ou quatro vezes por dia.
- (B) Já lhe disse um cínico que ela gosta de ser confundida três ou quatro vezes por dia, muito embora leia três ou quatro jornais por dia, ficando assim mais bem informada.
- (C) Um cínico já lhe disse que ler três ou quatro jornais por dia indica que, a par de ficar mais bem informada, ela pode confundi-los três ou quatro vezes por dia.
- (D) Para ficar mais bem informada, imagina ela, lê três ou quatro jornais por dia, ao passo que um cínico diz que prefere se confundir três ou quatro vezes por dia.
- (E) Disse-lhe um cínico que, ao se imaginar mais bem informada por ler três ou quatro jornais por dia, ela de fato gosta de se deixar confundir três ou quatro vezes por dia.

23. Atentando-se para as normas de regência verbal ou nominal, verifica-se que está correta SOMENTE a frase:

- (A) Nem mesmo do assunto que ele diz ser um grande especialista ele é capaz de dominar.
- (B) Há livros em cujo conteúdo pouco se aproveita, o que torna intrigante o sucesso em que desfrutam junto ao público.
- (C) Não se sabe com que subterfúgios ele se valerá para afastar o subordinado que ele teve uma alteração na semana passada.
- (D) A proposta a que ele recusa dar seu apoio acabará sendo vitoriosa, a menos que contra ela se insurjam alguns governistas.
- (E) E aquela sua prima, que ninguém se esquecerá tão cedo, deu-se bem no cargo em que foi transferida?

24. Vê esses discos? Não, não empresto esses discos a ninguém. Sinto-me tão apegado a esses discos... Quero esses discos sempre perto de mim.

Evitam-se as abusivas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente:

- (A) empresto-os - apegado a eles - os quero
- (B) os empresto - apegado a eles - quero-os
- (C) lhes empresto - a eles apegado - quero-lhes
- (D) os empresto - apegado-lhes - quero-os
- (E) empresto-os - apegado a eles - quero-lhes

25. *Não se sabe ao certo quais motivos levaram ele a renunciar; pediram para mim apurar os fatos, mas até agora não dei com nenhuma justificativa satisfatória.*

A frase acima ficará inteiramente correta substituindo-se

- (A) *levaram ele* por *o levaram*, e *para mim apurar* por *para eu apurar*.
- (B) *Não se sabe* por *Não se sabem*, e *pediram para mim* por *pediram-me*.
- (C) *para mim apurar* por *para eu apurar*, e *não dei com* por *não relevei*.
- (D) *levaram ele* por *levaram-lhe*, e *para mim apurar* por *para eu apurar*.
- (E) *Não se sabe* por *não se sabem*, e *levaram ele* por *ele se deixou levar*.

26. Considere os seguintes padrões convencionados para o ambiente Internet:

- I. <http://www.qualquercoisa.com.br>
- II. ldpa:\meucorreio#.dot.web.br
- III. qualquercoisa@provedor.com.br

Os exemplos de endereços apresentados representam

- (A) I - correio eletrônico;
II - site.
- (B) I - site;
III - correio eletrônico.
- (C) I e II correio eletrônico.
- (D) I e III correio eletrônico.
- (E) II e III sites.

Atenção: As questões de números 27 e 28 referem-se ao *OpenOffice.org 1.1.1a*, editor de texto (*writer*) em português do Brasil.

27. Para digitar um texto em colunas deve-se selecionar o menu

- (A) Inserir e a opção Colunas.
- (B) Ver e a opção Colunas.
- (C) Formatar e a opção Colunas
- (D) Editar e a opção Colunas.
- (E) Editar e a opção Tabela.

Instruções: Considere a chave abaixo para responder às questões de números 28 e 29.

- (A) Se estiver correto SOMENTE o que se afirma em I.
- (B) Se estiver correto SOMENTE o que se afirma em II.
- (C) Se estiver correto SOMENTE o que se afirma em I e II.
- (D) Se estiver correto SOMENTE o que se afirma em I e III.
- (E) Se estiver correto SOMENTE o que se afirma em II e III.

28. I. A definição de um caminho permanente, em que serão lidos e gravados os documentos de texto, é possibilitada por meio de Ferramentas, Opções, *OpenOffice.org* e Caminhos.

II. A escolha do fator de *Zoom* para exibição do documento na tela é possibilitada por Inserir *Zoom*.

III. Pressionando-se o botão direito (destro) do *mouse* sobre a área do documento é possível acessar funções como "Entrelinhas" e "Alinhamento".

29. As seguintes afirmações referem-se ao *OpenOffice.org 1.1.1a*, planilha (cálculo) em português do Brasil.

- I. O número de colunas em uma matriz ou referência pode ser obtido pela função *Coluna()* da categoria Planilha.
- II. A colocação da data e da hora do computador em uma célula pode ser feita pela função *Agora()* da categoria *data&hora*.
- III. O número interno de uma coluna de referência pode ser obtido pela função *Coluna()* da categoria Planilha.

30. No *Microsoft Windows XP*, na área "Aparência da barra de tarefas" da guia "Barra de tarefas" da tela "Propriedades da Barra de tarefas e do menu iniciar" NÃO consta como uma caixa de verificação:

- (A) Ativar o recurso arrastar e soltar.
- (B) Mostrar barra 'inicialização rápida'.
- (C) Manter barra de tarefas sobre outras janelas.
- (D) Ocultar automaticamente a barra de tarefas.
- (E) Bloquear a barra de tarefas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. NÃO é considerado requisito legal que justifique a quebra dos sigilos bancário e fiscal quando utilizados para ocultar a prática de atividades ilícitas, a
- (A) demonstração da indispensabilidade dos dados constantes em determinadas instituições financeiras, Receita Federal ou Fazendas Públicas.
 - (B) requisição do Ministério Público Federal ou dos Estados e a determinação do Tribunais de Contas da União ou dos Estados.
 - (C) individualização da pessoa investigada e do objeto da investigação.
 - (D) obrigatoriedade da manutenção do sigilo em relação às pessoas estranhas à causa.
 - (E) utilização de dados obtidos somente para a investigação que lhe deu causa.
32. Dentre outros casos, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que
- (A) adquirir outra nacionalidade, salvo as exceções constitucionais.
 - (B) for extraditado por solicitação de governo estrangeiro.
 - (C) tiver sido deportado ao Brasil por permanência irregular no exterior.
 - (D) for expulso do País pela prática de ato ilícito internacional.
 - (E) tiver cancelada sua naturalização por ato ministerial.
33. É cabível a edição de medidas provisórias, entre outros casos, sobre matérias
- (A) referentes a quaisquer créditos adicionais e suplementares.
 - (B) que visem o seqüestro de ativo financeiro.
 - (C) relativas a direito processual penal e processual civil.
 - (D) não reservadas a lei complementar.
 - (E) que tenham por objeto a cidadania e a nacionalidade.
34. Em matéria de fiscalização contábil, financeira e orçamentária, considere:
- I. O controle dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
 - II. O controle que envolve também questão de mérito para verificar se o órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo menos dispendioso, atendendo, por exemplo, uma adequada relação custo-benefício.
 - III. O controle dos agentes da Administração Pública responsáveis por bens e valores públicos.
- As afirmativas I, II e III correspondem, respectivamente, aos controles denominados
- (A) legitimidade, legalidade e cumprimento de programas de trabalho.
 - (B) fidelidade funcional, legitimidade e legalidade.
 - (C) legalidade, economicidade e fidelidade funcional.
 - (D) cumprimento de programas de metas, economicidade e legitimidade.
 - (E) economicidade, resultados financeiro-orçamentário e fidelidade funcional.

35. Dentre as competências da Justiça do Trabalho, está a de conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores,
- (A) servidores públicos das empresas estatais e suas superintendências, com exclusão de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.
 - (B) excluídos os integrantes dos entes de direito público externo de qualquer origem.
 - (C) vinculados às empresas comerciais civis, com exceção dos entes da Administração Pública interna.
 - (D) servidores públicos estatutários e a Administração Pública, salvo os litígios originários do cumprimento de suas próprias sentenças.
 - (E) abrangidas as relações de trabalho de empregados brasileiros e as representações diplomáticas estrangeiras.
36. No que se refere ao Ministério Público, é certo que
- (A) sua legitimação para as ações civis previstas constitucionalmente, não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e nas leis.
 - (B) a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida da manifestação majoritária dos membros da Câmara dos Deputados.
 - (C) sua proposta orçamentária deverá ser elaborada pelo Poder Judiciário, visto que aquela instituição exerce uma das funções essenciais à Justiça.
 - (D) poderá exercer as funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, inclusive a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
 - (E) seus membros gozam das garantias da vitaliciedade, após três anos de exercício, da inamovibilidade absoluta em razão de sua independência funcional, e de irredutibilidade de subsídio.
37. No que diz respeito aos agentes públicos, considere as seguintes situações:
- I. O particular que recebe a incumbência para prestar serviço público, executando essa atividade em nome próprio, por sua conta e risco.
 - II. A prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica prestado por empresa particular, mediante concessão.
 - III. A transferência da execução de um determinado serviço público a um permissionário, sempre mediante prévia licitação.
- Nesses casos, essas pessoas são denominadas agentes
- (A) honoríficos, por receberem uma determinada atribuição mediante designação.
 - (B) delegados, na condição de colaboradores com a Administração.
 - (C) políticos, haja vista que exercem atribuições específicas do Poder Público.
 - (D) credenciados, por receberem essas atribuições mediante contrato de adesão.
 - (E) administrativos, por executarem serviços públicos próprios do Estado.

38. No processo licitatório, qualquer modificação no edital (A) exige a comunicação expressa e formal aos licitantes, para que dentro do prazo de 8 dias úteis, adaptem suas propostas à nova condição exigida. (B) é vedada, exceto mediante expressa concordância de todos os licitantes, e desde que efetivada até 5 dias úteis antes da data limite para a entrega das propostas. (C) exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, observada a exceção legal. (D) não poderá alterar as condições originais constantes no edital, após a publicação, devendo, a Administração, se for o caso, anular o procedimento licitatório. (E) só será legítima, quando efetivada até 5 dias antes da data designada para abertura das propostas, e desde que presente o interesse público, devidamente justificado.	41. No que tange aos poderes administrativos considere: I. O condicionamento e a restrição ao uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. II. O poder de delegar e avocar atribuições e o de rever atos administrativos. Nesses casos, estão presentes, respectivamente, os poderes (A) de polícia e hierárquico. (B) disciplinar e regulamentar. (C) sancionador e controlador. (D) hierárquico e disciplinar. (E) controlador e sancionador.
39. O prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício será de quinze dias, contados da data da (A) aprovação no concurso público; se o servidor não entrar em exercício nesse prazo, será tornado sem efeito o ato de sua nomeação. (B) nomeação; se o servidor não entrar em exercício nesse prazo, será tornado sem efeito o ato de sua nomeação. (C) publicação do ato de posse; não assumindo o exercício nesse prazo, o servidor será demitido do cargo. (D) posse; não entrando em exercício nesse prazo, o servidor será exonerado do cargo. (E) publicação do ato de nomeação; não assumindo o exercício nesse prazo, o servidor será revertido.	42. No que se refere à anulação dos atos administrativos, considere: I. A anulação decorre de ilegalidade, sendo competente para praticá-la a Administração Pública e o Poder Judiciário, gerando efeitos <i>ex tunc</i>. II. Enquanto a revogação pode ser praticada pela Administração e pelo Poder Judiciário, a anulação é privativa deste último, gerando efeitos <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i>, respectivamente. III. O Poder Judiciário é competente para anular e revogar, a Administração Pública só para revogar, sendo que em todos os casos os efeitos serão <i>ex nunc</i>. IV. A revogação e a anulação geram efeitos <i>ex nunc</i>, sendo essas duas espécies de anulação de competência da Administração Pública. V. A revogação é ato privativo da Administração Pública decorrente de conveniência e oportunidade, gerando efeitos <i>ex nunc</i>. Está correto SOMENTE o que se afirma em (A) I e IV. (B) I e V. (C) II e V. (D) III e IV. (E) IV e V.
40. No decorrer da execução do contrato administrativo, ocorrendo a subcontratação parcial do objeto, não admitida no edital e no respectivo instrumento, (A) poderá ser formalizada mediante termo de retificação, desde que o valor da parte do objeto subcontratado, não ultrapasse 25% do valor da contratação. (B) deverá acarretar a revogação do contrato por ato bilateral e escrito das partes, observado o devido processo legal. (C) constitui motivo para a anulação do contrato, exceto quando a Administração, para resguardar o interesse público, celebrar o correspondente termo aditivo. (D) poderá acarretar a anulação do contrato, a critério da administração, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. (E) constitui motivo para a rescisão por ato unilateral e escrito da Administração, observado o contraditório e a ampla defesa.	43. De acordo com o Código Civil brasileiro, far-se-á, em registro público, a averbação (A) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa. (B) dos nascimentos, casamentos e óbitos. (C) da emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz. (D) das sentenças que decretarem o divórcio. (E) da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

44. Consideram-se bens móveis para efeitos legais (A) os terrenos rurais com área inferior a 500 m². (B) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram. (C) os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações. (D) as edificações, separadas do solo, que, conservando sua unidade, forem removidas para outro local. (E) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.	47. A respeito dos contratos em geral, perante o Direito Civil brasileiro, é INCORRETO afirmar que (A) a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. (B) é lícito às partes celebrar contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil. (C) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, tendo em conta o princípio da liberdade de contratar. (D) são nulas, nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente ao direito resultante da natureza do negócio. (E) os contratantes são obrigados a guardar, na conclusão do contrato e em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
45. Com relação à invalidade do negócio jurídico, é INCORRETO afirmar que (A) se o negócio jurídico contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade. (B) é anulável o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente, bem como por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores, além de outros casos expressamente declarados em lei. (C) considera-se nulo o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade, dentre outras hipóteses legais. (D) as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes. (E) a anulabilidade do negócio jurídico não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, inclusive no caso de solidariedade ou indivisibilidade.	48. Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, são responsáveis pela reparação civil dos danos resultantes dos atos praticados por hóspedes, moradores e educandos (A) somente se tiverem negligenciado na disciplina do local. (B) somente se tiverem concorrido para o dano daí decorrente por culpa. (C) somente se tal responsabilidade constar do contrato. (D) ainda que não haja culpa de sua parte. (E) somente se possuírem funcionários encarregados da segurança.
46. A respeito da solidariedade passiva no Direito Civil brasileiro, considere: I. Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, não poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes. II. Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado. III. A propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários importará em renúncia da solidariedade em relação aos demais. Está correto o que se afirma SOMENTE em (A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) III.	49. A aplicação da condição mais benéfica ao trabalhador decorre do princípio da (A) proteção. (B) razoabilidade. (C) primazia da realidade. (D) irrenunciabilidade de direitos. (E) continuidade da relação de emprego. 50. A incorporação de uma empresa por outra, com alteração da razão social da empresa incorporada, não acarreta alteração no contrato de trabalho, todavia, (A) deve ser registrada no Ministério do Trabalho. (B) deve ser anotada na CTPS do empregado e respectiva ficha de registro. (C) pressupõe a concordância expressa do empregado. (D) pressupõe cláusula expressa no instrumento de incorporação. (E) depende de homologação pela Justiça do Trabalho.

51. Nas atividades insalubres, a prorrogação da jornada de trabalho somente poderá ser acordada mediante (A) alvará judicial. (B) alvará da Prefeitura Municipal. (C) autorização do Ministério Público do Trabalho. (D) licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho. (E) atestado médico fornecido por médico do trabalho oficial.	56. A distinção entre convenção coletiva e acordo coletivo de trabalho considera (A) a vigência mais longa da primeira. (B) o conteúdo de cada um. (C) as partes que os celebram. (D) a forma do instrumento (público ou particular). (E) a necessidade ou não de homologação perante a Justiça do Trabalho.
52. Perde o direito às férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar de comparecer no trabalho, injustificadamente, por (A) mais de 10 dias. (B) mais de 15 dias. (C) mais de 28 dias. (D) 30 dias. (E) mais de 32 dias.	57. O prazo para realização da tentativa de conciliação, a partir da provocação do interessado, pela CCP – Comissão de Conciliação Prévia é de (A) 10 dias. (B) 8 dias. (C) 7 dias. (D) 5 dias. (E) 48 horas.
53. Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá direito a um repouso (A) não remunerado, de 15 dias. (B) não remunerado, de 30 dias. (C) remunerado, de 10 dias. (D) remunerado, de 2 semanas. (E) remunerado, de 4 semanas.	58. O décimo terceiro salário (A) deve ser pago ao empregado despedido por justa causa. (B) deve ser pago integralmente até o dia 15 de dezembro. (C) é calculado tomando-se por base a remuneração devida no mês de dezembro. (D) não inclui as gorjetas recebidas pelo empregado. (E) é verba de natureza indenizatória.
54. Formas de remuneração cujo pagamento pode ser estipulado por período superior a um mês: (A) salário e gorjeta. (B) comissões, percentagens e gratificações. (C) salário e ajuda de custo. (D) diárias para viagem e ajuda de custo. (E) diárias para viagem, gorjetas e comissões.	59. Caracterizam o Direito Processual do Trabalho (A) o benefício da justiça gratuita, a oralidade, a concentração dos atos processuais e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias. (B) a celeridade, a publicidade dos atos processuais e a irrecorribilidade das sentenças definitivas. (C) o <i>jus postulandi</i>, o poder normativo e o princípio da identidade física do juiz. (D) a formalidade dos atos processuais, a irrecorribilidade das sentenças definitivas e a tentativa de conciliação. (E) a celeridade, a tentativa de conciliação e o princípio da identidade física do juiz.
55. Há incompatibilidade entre o contrato de trabalho por prazo determinado e (A) a prestação de serviços de caráter transitório. (B) o contrato de experiência. (C) a contagem do tempo de serviço. (D) a forma não escrita. (E) a garantia de emprego.	60. O juiz deve propor a conciliação (A) somente na abertura da audiência de instrução e julgamento. (B) depois de oferecida a defesa pelo réu e depois de encerrada a instrução processual. (C) na abertura da audiência de instrução e julgamento e antes de ser proferida a decisão. (D) antes de ser oferecida a defesa e antes de serem aduzidas as razões finais. (E) depois de oferecida a defesa e antes de ser proferida a decisão.

61. Existindo erro material na sentença, esta (A) deverá ser anulada pelo juiz. (B) poderá ser corrigida <i>ex officio</i> pelo juiz. (C) deverá ser corrigida pelo Ministério Público do Trabalho. (D) poderá ser corrigida somente por recurso ao Tribunal. (E) deverá ser impugnada pela parte.	66. O pedido pode ser modificado, sem o consentimento do réu, até (A) a citação. (B) a contestação. (C) o saneamento do processo. (D) a audiência de tentativa de conciliação. (E) o julgamento conforme o estado do processo.
62. Pode prestar compromisso e depor como testemunha o (A) amigo íntimo de uma das partes. (B) inimigo de uma das partes. (C) sogro. (D) primo. (E) neto.	67. A extinção do processo, sem julgamento do mérito, depende da intimação pessoal da parte quando (A) o juiz reconhecer a decadência. (B) o juiz indeferir a petição inicial. (C) ocorrer ilegitimidade de parte. (D) ocorrer litispendência ou coisa julgada. (E) o autor abandonar a causa por mais de 30 dias.
63. Da decisão que julga extinta a reclamação trabalhista sem exame do mérito, por inépcia da inicial, cabe (A) agravo de instrumento. (B) agravo de petição. (C) correção parcial. (D) recurso de revista. (E) recurso ordinário.	68. O fato alegado pelo autor deve ser reputado verdadeiro se (A) houver contestação por curador especial em favor do réu revel citado fictivamente. (B) o réu admitir sua veracidade, em caso de litígio sobre direito indisponível. (C) houver pluralidade de réus e um deles contestar a ação. (D) o réu admitir sua veracidade, em caso de litígio sobre direito patrimonial. (E) existirem, no processo, outros elementos de prova que conduzam à convicção contrária.
64. No processo do trabalho, os juros de mora e a correção monetária (A) não são cabíveis. (B) são cabíveis, mas incluem-se na liquidação apenas se houver pedido expresso. (C) são cabíveis, mas não se incluem na liquidação se não constarem do título executivo. (D) são cabíveis e incluem-se na liquidação ainda que omisso o pedido. (E) são cabíveis, mas incidem apenas sobre as verbas de natureza indenizatória.	69. Como fundamento para os embargos à execução de sentença, NÃO pode ser admitida a alegação de (A) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação. (B) falta ou nulidade da citação no processo de conhecimento, caso não tenha ocorrido a revelia do demandado. (C) incompetência do juízo da execução, bem como suspeição ou impedimento do juiz. (D) nulidade da execução, até a penhora. (E) cumulação indevida de execuções.
65. Ao exercer a jurisdição civil contenciosa, o juiz (A) pratica atos jurisdicionais de gestão pública dos interesses privados. (B) pratica atos de natureza jurisdicional, administrativa e normativa. (C) substitui a vontade das partes pela vontade do Estado-juiz. (D) pode dar início ao processo sem que a parte o requeira. (E) pode modificar a sentença em face de circunstâncias supervenientes.	70. Em ação possessória ou reivindicatória, havendo fundado receio de rixas ou danificação de bens móveis, semoventes ou imóveis, a parte pode requerer, em relação aos bens objeto da disputa, (A) o seqüestro. (B) a penhora. (C) a arrecadação. (D) a busca e apreensão. (E) o arresto.